



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

GABRIELA MARIA DE QUADROS SOARES

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO DAS
MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS**

Brasília
2017

GABRIELA MARIA DE QUADROS SOARES

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO DAS
MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a Andréia Oliveira

Brasília

2017

GABRIELA MARIA DE QUADROS SOARES

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO DAS
MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

A candidata foi considerada _____ pela banca examinadora.

Comissão avaliadora:

Professora Doutora Andréia Oliveira - Orientadora
(Departamento de Serviço Social da UnB)

Professora Doutora Marlene Teixeira - Membro Interno
(Departamento de Serviço Social da UnB)

Professora Mestre Michelly Ferreira Monteiro Elias
(Departamento de Serviço Social da UnB)

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha família, por todo o incentivo, desde a escolha das minhas escolhas mais simples à escolha da minha profissão e por acreditar em mim. O fortalecimento de vínculos é essencial nesse processo de formação acadêmica e eu os agradeço imensamente por toda a paciência e compreensão das dificuldades desse caminho.

Às minhas amigas e amigos de curso, universidade e vida, Carolina, Lara, Bárbara, Krystal, Matheus e Abel, e tantas outras e outros, por todo o apoio dispendido nessa luta e pela paciência por todos os momentos em que precisei de ajuda com trabalhos, inclusive essa pesquisa, e força nos estudos. Pessoas essenciais na minha caminhada não apenas por questões acadêmicas, mas também pelo companheirismo e dedicação à nossa amizade.

Ao meu companheiro, Fernando, que, assim como minhas amigas e amigos, dedicou parte de seu tempo para me apoiar e ajudar em todas as vezes que precisei. Agradeço pela sua paciência, amor e carinho.

Aos Assistentes Sociais Antônio e Maria José, por todos os ensinamentos e lições no meu processo de vivência da profissão a partir do estágio supervisionado, também vos agradeço pelo carinho, respeito transmitidos em um ano de convívio no Hospital da Santa Maria – DF.

À professora Andréia de Oliveira, pela extrema compreensão da minha humanidade dotada de fraquezas e motivação, que não permitiram que eu desistisse de concluir a minha pesquisa, mesmo com todas as situações de dificuldade e atrasos. Não tenho palavras suficiente para expressar minha admiração pela pessoa incrível que é, tornando-a uma profissional humanizada e inspiradora.

A todas as professoras e profissionais da área de gênero que encontrei na minha jornada e que me ajudaram a crescer como aprendiz e como mulher de luta.

RESUMO

Com o intuito de compreender a relação entre a violência de gênero e as dinâmicas de inserção das mulheres no tráfico de drogas ilícitas através de uma análise bibliográfica, essa pesquisa traz a discussão sobre a influência da violência de gênero na autonomia feminina e as categoriais centrais presentes nas discussões sobre a mulher inserida no contexto do tráfico de drogas. A pesquisa se trata de um estudo da arte da produção científica sobre as relações de gênero e tráfico de drogas no Brasil e se baseia na análise discursiva de dezenove artigos com o intuito de refletir sobre a forma com que o patriarcado exerce influência sobre essa realidade. A violência de gênero historicamente interfere na vida profissional das mulheres e o tráfico de drogas emerge nessa lógica não apenas como alternativa econômica – sob a lógica da vulnerabilidade social – mas também apresenta expressões de escolhas autônomas da mulher pautadas na intenção de obter respeito, poder e status. Os resultados apontam para a pertinência da violência de gênero nas dinâmicas de inserção, permanência e no desempenho dos papéis assumidos pelas mulheres na rede do tráfico de drogas, bem como apontam para a perspectiva da autonomia feminina frente às suas próprias realidades.

Palavras-chave: gênero, hierarquia de gênero, violência de gênero, tráfico de drogas

ABSTRACT

In order to understand the relationship between gender violence and the dynamics of insertion of women in illicit drug trafficking through bibliographical analysis, this research brings the discussion about the influence of gender violence on female autonomy and the present central categories discussions on women in the context of drug trafficking. The research is a study of the art of scientific production on gender relations and drug trafficking in Brazil and is based on the discursive analysis of nineteen articles in order to reflect on the way in which patriarchy influences this reality. Gender violence historically interferes with women's professional lives, and drug trafficking emerges not only as an economic alternative - under the logic of social vulnerability - but also presents expressions of women's autonomous choices based on the intent to obtain respect, power and status. The results point to the pertinence of gender violence in the dynamics of insertion, permanence and performance of roles assumed by women in the drug trafficking network, and also points to the perspective of female autonomy in relation to their reality.

Keywords: gender, gender hierarchy, gender violence, drug trafficking

RESUME

Con el fin de comprender la relación entre la violencia de género y las dinámicas de inserción de las mujeres en el tráfico de drogas ilícitas, a través de análisis bibliográfico, esa investigación trae la discusión sobre la influencia de la violencia de género en la autonomía femenina y las categorías centrales presentes en las discusiones sobre la mujer insertada en el contexto del tráfico de drogas. La investigación se trata de un estudio del arte de la producción científica sobre las relaciones de género y tráfico de drogas en Brasil y se basa en el análisis discursivo de diecinueve artículos con el propósito de reflexionar sobre la forma en que el patriarcado ejerce influencia sobre esa realidad. La violencia de género históricamente interfiere en la vida profesional de las mujeres, y el tráfico de drogas emerge en esa lógica no sólo como alternativa económica - bajo la lógica de la vulnerabilidad social - pero también presenta expresiones de elecciones autónomas de la mujer pautadas en la intención de obtener respeto, poder y estado. Los resultados apuntan a la pertinencia de la violencia de género en las dinámicas de inserción, permanencia y en el desempeño de los papeles asumidos por las mujeres en la red del tráfico de drogas, y apunta también a la perspectiva de la autonomía femenina frente a su realidad.

Palabras-clave: género, jerarquía de género, violencia de género, tráfico de drogas

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| Percurso Metodológico | 13 |
| CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O ADVENTO DAS DROGAS NO BRASIL | 16 |
| 1.1. Breve História das Drogas no Brasil e o Paradigma Proibicionista | 16 |
| 1.2. Representações Sociais da Violência | 20 |
| CAPÍTULO 2: PATRIARCADO E GÊNERO: RELEXÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO. | 26 |
| 2.1 Construção e Desconstrução do Gênero | 26 |
| CAPÍTULO 3: AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA REDE DO TRÁFICO DE DROGAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA | 31 |
| 3.1 Hierarquia de gênero: construção de identidade e papéis desempenhados no tráfico de drogas | 32 |
| 3.2 Criminalidade Feminina | 37 |
| 3.3 Vitimização e vulnerabilidade | 39 |
| 3.4 Protagonismo, poder e status | 40 |
| 3.5 Saúde da Mulher | 41 |
| 3.6 Recuperação e Permanência | 42 |
| 3.7 Sistema Penal | 42 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| REFERÊNCIAS | 47 |

INTRODUÇÃO

A escolha de um tema tão profundo se deu pela percepção do esquecimento de mulheres que, além de vítimas de uma sociedade marcada pelo domínio patriarcal, são colocadas como vítimas de uma sociedade desigual em todos os aspectos que abrangem suas vidas, sejam políticos, sociais, raciais, ou de gênero. Ao questionar sobre políticas públicas para grupos em situações de conflito com a lei inicialmente crianças e adolescentes surgiram como foco, contudo ao aprofundar ainda mais na temática do tráfico de drogas e questionar os impactos e motivações da inserção na rede a emergência em falar sobre violências de gênero foi determinante. Essa concepção não diminui a urgência de falar de um grupo social frágil, como o das crianças e adolescentes; o foco no gênero busca trazer a reflexão sobre a forma com que a violência incide sobre as mulheres acaba por refletir e gerar consequências sobre todos aqueles indivíduos ligados a ela.

Em 2015, durante o processo de graduação, as condições das mulheres em privação de liberdade em instituições penais foram denunciadas através de mobilizações sociais¹, incluindo redes sociais, com o intuito de arrecadar absorventes para mulheres em situação de privação de liberdade. A situação aprofundou a percepção de que a vida da mulher e os direitos são negligenciados a todo instante, mais uma vez o povo precisou promover ações que são de responsabilidade do Estado. A dimensão desse problema é maior do que podemos supor superficialmente, o que levou ao interesse em pesquisar sobre o envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas, estando presas ou não.

A concretude da falta de cuidados para com as vidas dessas mulheres é mais uma prova que a dominação patriarcal e a violência de gênero destroem mulheres física e mentalmente. Se as políticas públicas que são feitas por homens para homens são falhas, quando o foco são as mulheres essa falha se dá de maneira ainda mais atenuada. O que se percebe é que as particularidades entre ambos são ignoradas de maneira conveniente, como no caso da falta de absorventes nos cárceres, a menstruação é um processo natural da mulher, mas tem sido negligenciada enquanto particularidade incidindo de maneira brutal na dignidade das mulheres. Quando se trata de uma visão moralizadora as mulheres são obrigadas a seguir um determinado padrão que as oprimem e determina as diferenças e, conseqüentemente, ‘inferioridades’ em relação aos homens.

¹ Estadão – Portal do Estado de S. Paulo. [online]. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/recusa-de-doacoes-para-presas-deixa-pastoral-carceraria-indignada/>

Ao ter contato com diversas bibliografias com temáticas sobre violência de gênero e violência urbana, a perspectiva da violência de gênero continuou sendo um ponto de maior interesse particular. Através de pesquisas relacionadas a relações de gênero e tráfico de drogas, a ideia de submissão feminina enquanto culpada pela inserção das mulheres no tráfico era rasa, embora crucial para entender determinada realidade. Esse conceito é marcante quando analisamos a posição hierárquica das mulheres dentro desse contexto, mas para tal compreensão é importante, inicialmente, entender a construção do conceito de inferioridade feminina para, mais à frente, analisarmos criticamente as realidades apresentadas.

O objetivo dessa pesquisa é compreender a relação entre a violência de gênero e as dinâmicas de inserção das mulheres no tráfico de drogas ilícitas e, de maneira geral, focar em mulheres em situação de privação de liberdade, através de bibliografias de diferentes áreas de pesquisa, como Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e Saúde Coletiva, no período entre os anos de 2006 e 2017, com maior número de produções da região Sudeste, seguido pelo Sul, Nordeste e Centro-Oeste, e nenhum da região Norte.

O primeiro capítulo que se seguiu traz um breve resumo sobre a histórias das drogas, o processo proibicionista e o processo de criminalização das mesmas ao longo dos tempos, e, posteriormente, a discussão sobre as representações e expressões da violência de maneira geral, fazendo um paralelo entre os dois pontos levantados – história das drogas e representações sociais violência – ao refletir sobre como a criminalização teve como consequência a atual política de guerra às drogas trazendo como consequências morte e perpetuação da violência, principalmente por esses dois eixos estarem conectados através de um ciclo de violações de direitos.

Após a discussão sobre violência de forma generalizada, o capítulo seguinte aborda a discussão sobre gênero e violência de gênero abordando também a categoria de patriarcado e seus desdobramentos na dinâmica social da mulher. É a partir que dela poderemos entender de que maneira a violência de gênero, a violência urbana e o processo de resistência feminina se conectam ao longo da história social brasileira refletindo o número crescente de mulheres inseridas na rede do tráfico de drogas.

A análise dos artigos apresenta as categorias e os eixos centrais da discussão sobre a dinâmica de inserção das mulheres inseridas na rede do tráfico de drogas. As esferas apresentadas são reflexos de um amplo processo que envolve a criminalização da mulher – visto que essa tem uma perspectiva de gênero consequência de uma sociedade patriarcal machista. Muito antes do ato infracional, desde o início de sua vida, a mulher é negativamente

responsabilizada por escolhas e ações e cobrada por sua maneira de agir, personalidade, condições mentais. É massacrada pela influência direta do machismo que lhe impõe um comportamento e uma meta de vida ideal e a optar por seguir vias diferentes, inclusive quando não há mais opções.

Dois eixos centrais se destacam frente a todos os outros que estão ligados às dinâmicas de inserção das mulheres na rede do tráfico de drogas: a vulnerabilidade e a autonomia. O antagonismo desses eixos é tão forte quanto a presença dos mesmos nos processos vivenciados pelas mulheres que de alguma maneira se envolveram com o tráfico.

Percurso Metodológico

Guerra (2009) ao falar da pesquisa social afirma que ela tem um papel decisivo na garantia da maioridade intelectual da profissão dos e das Assistentes Sociais, e da importância para a contribuição para diversas áreas de conhecimento e dessa maneira nos conectarmos às demandas da classe trabalhadora – condição para a construção de novas legitimidades profissionais (GUERRA, 2009). Netto (2009) também reflete sobre a importância da produção, na qual a metodologia é central na teoria social.

“Também no que toca à teoria social de Marx, a questão do método se apresenta como um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideológicas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. ”
(NETTO, 2009, p.1)

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva de cunho exploratório. A pesquisa qualitativa responde a questões bem particulares e que não podem ser quantificadas, ou seja, ela se permeia através de significados e corresponde a um espaço profundo das relações e que não pode ser reduzido à operações variáveis (Minayo, 2001).

Foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão de literatura tendo como base de dados a plataforma Scielo. Por meio de descritores - a saber tráfico de drogas, mulheres/drogas, tráfico/mulheres, gênero/drogas, sistema prisional, prisão/gênero e gênero/tráfico/drogas – foi possível realizar um levantamento bibliográfico da

produção científica sobre o envolvimento de mulheres no contexto do tráfico de drogas e suas circunstâncias.

A partir do levantamento usando os descritores chegou-se ao total de 527 artigos. Desse total, 64 foram pré-selecionados a partir da leitura apenas dos resumos de cada um tendo como critério de escolha aqueles que falam sobre gênero e tráfico de drogas; após leitura completa foram definidos 35 artigos. Esse número foi alcançado depois de realizada uma leitura completa que definiria aqueles que falam de maneira mais aprofundada sobre a ligação das mulheres com a rede do tráfico de drogas (tabela 1); os 35 artigos foram submetidos a uma terceira análise onde chegou-se ao total definitivo 18, tendo como critério a escolha daqueles que tem como objetivo abordar a ligação direta das mulheres com o tráfico de drogas e relacionar com o conceito de gênero.

Tabela 1. Base de dados Scielo.

| Data da pesquisa | Descritores | Número de artigos | Artigos selecionados – resumo | Artigos selecionados após leitura completa |
|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|--|
| 09/04/17 | Tráfico de Drogas | 95 | 23 | 10 |
| 09/04/17 | Mulheres; Drogas | 209 | 14 | 8 |
| 09/04/17 | Trafico; Mulheres | 37 | 10 | 6 |
| 11/04/17 | Gênero; Drogas | 98 | 6 | 4 |
| 11/04/17 | Sistema prisional | 59 | 5 | 3 |
| 11/04/17 | Prisão; Gênero | 14 | 2 | 1 |
| 11/04/17 | Gênero; Trafico; Drogas | 15 | 4 | 3 |
| TOTAL | 7 grupos de descritores | 527 | 64 | 35 |

A leitura do material bibliográfico reunido se deu seguindo o método orientado por Salvador (1986), citado por Mioto e Lima (2007), através de cinco processos de leitura, sendo eles: leitura de reconhecimento do material bibliográfico; leitura exploratória – rápida e de

reconhecimento de informações; a leitura seletiva; leitura crítica; e, por fim, a leitura interpretativa, na qual o objetivo é reunir as ideias das autoras e autores em busca de respostas para meu problema de pesquisa.

Outros artigos, além dos 18 centrais para a análise, foram usados para orientar as discussões ligadas àquela proposta por essa pesquisa, contudo a tese de Ludmila Gaudad, intitulada “Mulas, Olheiras, Chefas & outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília – DF e na Cidade do México”, 2015, entrou para a análise durante o processo de produção da pesquisa fora da seleção feita na base de dados Scielo. A decisão por inserir essa última se deu pela profundidade trazida na discussão proposta por Gaudad que vai em encontro direto com o objetivo dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O ADVENTO DAS DROGAS NO BRASIL

Esse primeiro capítulo traz o resumo sobre a história das drogas no contexto social brasileiro com o intuito de abrir a discussão sobre as dinâmicas de inserção das mulheres na rede do tráfico de drogas a partir da criminalização das drogas. O paradigma proibicionista e o processo de criminalização ao longo dos tempos são o pontapé para, posteriormente, adentrar na discussão sobre as representações e expressões da violência de maneira geral, fazendo um paralelo entre os dois pontos levantados – história das drogas e representações sociais violência – ao refletir sobre como a criminalização teve como consequência a atual política de guerra às drogas trazendo como morte e perpetuação da violência, principalmente por esses dois eixos estarem conectados através de um ciclo de violações de direitos.

Ao falar sobre a violência por parte do Estado, estamos falando sobre vários atores que fazem parte desse processo, como a polícia. A instituição da polícia militar está diretamente ligada aos processos de criminalização por atuar diretamente na guerra às drogas e traz em sua concepção o machismo e o racismo como direcionador das ações afetando diretamente as mulheres, principalmente aquelas que estão inseridas na rede do tráfico de drogas motivadas por situações de vulnerabilidade social.

1.1. Breve História das Drogas no Brasil e o Paradigma Proibicionista

O consumo de substâncias psicoativas perpassa a humanidade e seu uso se deu das mais diversas formas ao longo dos séculos, seja por motivações religiosas, medicinais ou lazer. Até meados do século XVI, com o advento do comércio entre os continentes, drogas como coca, maconha e a papoula só possuíam valor de uso² dentro de seus contextos sociais, ou sejam, não eram consideradas mercadorias. O império português trouxe ao Brasil a produção de insumos que pertencem ao grupo de três grandes drogas: açúcar, tabaco e café.¹ Ao aprofundar na questão de o consumo das drogas é importante elucidar que por drogas entende-se tanto as lícitas quanto as ilícitas. Mas a análise que se segue tem o direcionamento voltado às drogas ilícitas. No século XVIII os destilados, derivados da cana de açúcar, começaram a se popularizar. Torcato (2014) também cita erva-mate e guaraná dos nativos

² “O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.” (MARX, 2004)

americanos, jurema e ayahuasca da Amazônia, a *cannabis* que tem origem africana, e os opiáceos da Europa e da Ásia. O Brasil teve sua expressividade nesse ciclo:

“Foram várias as substâncias que passaram a ser acessíveis, interrompendo a hegemonia do álcool fermentado e dos psicoativos de alcance locais. Courtwright (2002) separa em dois grandes grupos as drogas planetárias: as três grandes (o álcool, o açúcar e o tabaco em suas diversas formas) caracterizadas por uma expansão ampliada e de impossível proibição; e as três pequenas (o ópio, a cannabis e a coca e seus derivados) cuja disseminação planetária não foi tão forte, fato que viabilizou uma intervenção pública. A predileção por uma ou outra substância variava segundo os contextos culturais.” (TORCATO, 2014, p. 139)

Quando se trata da contextualização da história das drogas no Brasil é necessário, já inicialmente, ressaltar a dificuldade em encontrar e acessar artigos sobre essa temática. Realizar uma busca sobre o enfoque histórico acaba levando diretamente à discussão sobre o proibicionismo que, muitas vezes, se sobrepõe à análise dos primórdios e desdobramentos desse processo do advento das drogas no Brasil.

“Proibicionismo é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias. Seus desdobramentos, entretanto, vão muito além das convenções e legislações nacionais. O proibicionismo modulou o entendimento contemporâneo de substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites arbitrários para usos de drogas legais/ positivas e ilegais/negativas.” (Fiori, p. 9, 2012)

A história das drogas no Brasil remonta seu “descobrimento”, em 1500. Ela tem seu surgimento ligado a populações indígenas que aqui habitavam e que faziam uso de substâncias naturais, com efeitos psicoativos, em rituais, sendo religiosos ou não. A maconha é tida como droga ilícita que primeiramente chegou ao país – ainda que o caráter da ilegalidade só tenha sido atribuído séculos depois – Elisaldo Carlini (2006) nos diz:

“A história da maconha no Brasil tem seu início com a própria descoberta do país. A maconha é uma planta exótica, ou seja, não é natural do Brasil. Foi trazida para cá pelos escravos negros, daí a sua denominação de fumo-de-Angola. O seu uso disseminou-se rapidamente entre os negros escravos e nossos índios, que passaram a cultivá-la.” (CARLINI, 2006, p. 314)

Carlini (2006) traz à luz da análise um documento oficial do governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores, 1959) no qual afirma que foi a partir de 1549, através desses indivíduos submetidos ao regime de escravidão as sementes de cânhamo foram introduzidas no país dentro de bonecas de pano.

Séculos depois, mais precisamente o XX, proibição das drogas se tornou uma discussão crescente no Brasil. Na revisão analítica proposta por Carlos Torcato em *Breve História Da Proibição Das Drogas No Brasil: Uma Revisão* (2014) somos convidados a refletir sobre o processo proibicionista brasileiro

“Primeiramente, precisamos reconsiderar o movimento proibicionista brasileiro. A proibição das drogas, na primeira metade do século XX, está estritamente ligada a este movimento. Os discursos dos membros eminentes das sociedades pela temperança nacionais, como os de Evaristo de Moraes no seu clássico livro *Ensaio de Pathologia Social* de 1923 e o do sanitarista Belizário Penna, são tomados por um enorme pessimismo. O segundo aspecto que se pretende destacar refere-se à presença incessante do tema dos vícios sociais nos principais veículos culturais do período. No cinema, foram vários os filmes produzidos no Brasil sobre essa temática.”

A Constituição de 1891 abriu espaço para organizações sanitárias e policiais e a articulação da classe média foi essencial no processo de proibição das drogas. Mas é precisamente 1912 o ano que marca o início da guerra às drogas, na Conferência Internacional do Ópio realizada nesse mesmo ano em Haia, segundo Fiori (2012). Também em 1912, surge a primeira política moderna nos Estados Unidos tornando o ópio e a cocaína ilegais.

“Ainda que as resoluções da Primeira Conferência Internacional do Ópio de 1912, realizada em Haia, tenham sido praticamente abandonadas nos anos conturbados entre as duas grandes guerras, o modelo ali esboçado foi triunfante. Defendida, patrocinada e sediada pelos EUA, já sob a coordenação da ONU a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, implantou globalmente o paradigma proibicionista no seu formato atual.” (Fiori, 2012, p. 9)

A questão *drogas* passa a ser vista enquanto problema social quando historicamente suas condições são elevadas ao contexto das relações sociais e ela passa a desenvolver um papel social e cultural na humanidade, ela deixa de ser um artigo artesanal e/ou natural e passar a ganhar um novo significado na sociedade burguesa: se torna um produto com demanda e valor de troca, ou seja, mercadoria (Rocha, 2013).

Com a mudança na perspectiva do uso e do valor, o problema social das drogas se amplifica quando é constatado um nível de uso abusivo crescente. Levando em consideração os danos causados como consequência desse consumo excessivo o Estado se vale da sua legitimidade para proibir, vigiar e punir quem consome e produz. A proibição foi naturalizada através da falácia de que as drogas são proibidas porque são ruins e vice-versa (Fiori, 2012).

“O século XX foi o momento em que esse consumo alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial por outro. Embora sempre tenham existido, em todas as sociedades, mecanismos de regulamentação social do consumo das drogas, até o início do século XX não existia o proibicionismo legal e institucional internacional.” (CARNEIRO, 2002, p.2)

Atrelado ao contexto das drogas estão a violência e a pobreza, contudo é equivocado fazer uma ligação direta entre os dois fenômenos. É através do fortalecimento do discurso generalizador que a política proibicionista se baseia. Tanto a violência no comércio ilegal, quanto a pobreza que muitas vezes justifica a entrada nesse comércio constituem-se em manifestações da Questão Social³ que no contexto das drogas se tornam mais evidentes e expressivas, visto que os indivíduos atingidos, em grande parte, pelas expressões da violência são os mesmos atingidos pela pobreza.

A proibição como combate ao uso abusivo de drogas fica face à criminalização da pobreza e reflete a forma como o Estado lida com essa questão. Nesse ponto pode-se dizer que a situação se subdivide em duas: guerra ao tráfico e tratamento ao viciado (Fiori, 2012).

“A Lei de Drogas (n. 11.343), promulgada em 2006, endureceu o combate ao tráfico e manteve a criminalização do consumidor — o fato de o uso estar incluído no código penal é prova disso —, mas eliminou a pena de prisão para os indivíduos flagrados com drogas para seu próprio uso, estipulando penalidades que vão de advertência verbal à prestação de serviços públicos.” (Fiori, 2012, p. 16)

A Lei das Drogas, nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, é um reflexo de como o Estado age em seu modo repressor se valendo de uma perspectiva moralista e falsamente protecionista, visto que suas consequências recaem sobre um grupo social bem delimitado do

³ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operaria e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (CARVALHO E IAMAMOTO, 2000, p. 77, ~~2000~~)

ponto de vista racial e social. Essa outra face do dilema do proibicionismo das drogas também é uma expressão de violência. A violência está inserida não apenas no ato da comercialização das drogas, mas também nas causas primárias que tornaram naturalizado esse comércio, bem como está nas ações do Estado, tanto em relação ao proibicionismo como medida de prevenção paliativa, como no trato com os indivíduos já inseridos nessa realidade.

1.2 Representações Sociais da Violência

A violência é problema social naturalizado na sociedade brasileira, de forma que suas representações sociais são confundidas com o fenômeno em si, como o problema das drogas. Maria Stela Grossi Porto (2010), em sua análise trará a reflexão sobre a violência enquanto realidade social, presente na rotina dos indivíduos e das instituições as quais estão inseridos. Não se propõe construir uma definição sobre o conceito de violência, mas sim discutir a ideia de sociabilidade dentro do contexto da violência e da forma como ela se expressa.

Através de aspectos qualitativos é possível perceber os desdobramentos das representações da violência. Não é a intenção, no entanto, diminuir a importância dos números nessa conjuntura da violência, contudo a ênfase nos dados numéricos pode mascarar aspectos que não tem a possibilidade de serem detectados apenas quantitativamente.

A violência não é um fenômeno singular, isso significa que possui múltiplas expressões e a identificação dessas facetas perpassa por um caminho delicado de análise. Ao tentar explicá-la e conceituá-la é mais do que necessário considerar essa multiplicidade. Em outras palavras, é completamente errôneo assumir que a violência está exclusivamente associada à pobreza, visto que esse fenômeno não pode ser identificado em uma única classe ou grupo social. Esse viés de análise implicaria em um déficit de informações que tornam insuficiente a análise sociológica:

“(…) já que exclui manifestações de violência, protagonizadas e sofridas pelas camadas mais favorecidas da população assim como exclui, também, fenômenos que povoam o imaginário social, produtor e produto de representações sociais da violência.” (PORTO, 2010, p.15)

Do ponto de vista sociológico, segundo Porto, uma das tarefas mais difíceis é a construção de instrumentos teóricos que sejam claros o suficiente para não apenas definir o conceito de violência, mas para diferenciá-lo de suas representações.

“A complexidade do tema aponta para o imperativo de uma busca rigorosa de conceituação sociológica da violência, que inclua os diferentes sentidos do fenômeno, produzidos por diferentes instâncias e esferas da vida social, para constituí-los como matéria prima do fazer sociológico; objeto de análise e não sinônimo do fenômeno.” (PORTO, 2010, p. 17)

A violência para se tornar um conceito teórico anteriormente é um fenômeno empírico (PORTO, 2010). Esse conceito tem sido apropriado pelas mais diversas esferas, como política, midiática e o próprio senso comum, fora de contexto e esse fato surge como uma dificuldade, em termos de conceituação no campo sociológico, no sentido de carecer de uma explicação profunda sobre o sentido em que se está sendo empregado. É necessário que haja a diferenciação entre os tipos de violência. Ou seja, além de considerar a violência física e a violência simbólica, o que, de maneira particular, acredito ser o óbvio, já que a violência física é apenas uma das materializações da violência enquanto fenômeno.

Porto (2010) propõe a existência de um substrato em comum baseado em dois mecanismos: “*aqueles produtores de uma violência física tanto quanto os que respondem pela existência da violência simbólica*” (p.18), e para essa percepção se deve assumir a existência de múltiplas lógicas que são, além de orientadoras de conduta, responsáveis pelas diferenciações na hierarquia da *autonomia*.

Para que se entenda a contextualização de violência simbólica⁴ adentramos em mais um conceito chave: a subordinação.

“A maior ou menor possibilidade de obter sucesso em suas pretensões condiciona, em certo sentido, as formas como tais segmentos concretizam suas relações com segmentos portadores de normas distintas: as relações que vão de confronto aberto a práticas mais ou menos veladas de subordinação. Neste segundo caso, em que estão vigentes processos de subordinação, os atores sociais que se encontram no pólo subordinado da relação vivenciam situações de diminuição, ou de ausência relativa, dos espaços sociais nos quais podem agir enquanto produtores de conteúdos simbólicos.” (PORTO, 2010, p. 19)

A partir desse ponto de vista, a violência simbólica teria dentre suas características a imposição de um consumo simbólico que é submetido aos agentes inseridos em um processo de inserção social dominador. Como exemplo de representação social da violência tem-se o

⁴ Conceito proposto por Bourdieu, 1992, utilizado por Porto, 2010).

crime organizado, que em suas expressões contém tanto a violência física quanto a violência simbólica, que, acredito eu, seja sempre anterior à primeira, mesmo que na presente análise me passe a ideia apenas de simultaneidade.

O crime organizado também se configura nos moldes de práticas sociais que se dão a partir de padrões de conduta, padrões esses que orientam não só relações pessoais isoladas, mas todo o conjunto social.

“A produção e o comércio de drogas ilícitas são, junto com o tráfico de armas, o maior mercado criminoso do mundo. Funcionando sem nenhum tipo de regulação, o comércio dessas drogas envolve, na maior parte das vezes, exploração de trabalho, inclusive infantil, contaminação ecológica, corrupção de agentes públicos e, o que é mais grave, utilização de violência armada para demarcação de interesses e outros conflitos.” (FIORI, 2012, p.14)

A legitimidade dessas ações é socialmente atribuída e é responsável pela autonomização dessas práticas. No caso, em relação ao crime organizado o poder das armas representam essa autonomia e como forma de punir e combater essa expressão da violência o Estado autoritário usa como medida seu poder de repressão. Todo esse cenário apresenta uma representação da debilidade da esfera legal. Nos aponta Nonticuri:

“A violência se expressa atualmente (...) como condição de manutenção de negócios ilegais, que se beneficiam dos mecanismos modernos de produção de riqueza, dos instrumentos técnicos e de comunicação. As gangues de narcotraficantes constroem sistemas de circulação e troca de produtos ilegais como drogas e armas e também de lavagem de dinheiro.” (NONTICURI apud SANTOS & SILVEIRA, 2010, p.11)

A esfera legal falha desde o começo da maioria das vidas desses indivíduos que se encontram inseridos no contexto do crime organizado, aparecendo como forma de violência simbólica, ou seja, como dominação ou como ausência de normas legais, e dessa forma os desdobramentos desse descrédito não se dão por consequência apenas da violência física, por sua vez instrumentalizada pela autonomia.

“(...) apreender contextos nos quais, transformações ocorridas nos processos de sociabilidade chegariam a provocar, nos segmentos por elas tingidos, um vazio,

mais ou menos persistente, potencial de ‘fabricação autônoma de normas. Uma heteronomia, ainda que relativa face à constituição de padrões normativos, abriria espaço para a imposição de normas externas. ” (PORTO, 2010, p.20)

Transformações no processo de sociabilidade podem ser causadoras de um esvaziamento da noção de esfera legal e essa debilidade na conjuntura legal parece ser causada justamente por esse esvaziamento. Esse vazio abre espaço para a fabricação de normas; a heteronomia, por sua vez, abriria espaço para a imposição de normas externas.

Ainda sobre autonomia, Porto considera – salvo casos de indivíduos submetidos a algum regime de escravidão – os indivíduos têm “como recurso último a recusa à participação em uma ordem social dada” (2010, p. 21). Além de ser uma forma de dominação, a violência também surge como forma de sobrevivência, bem como afirmação da ordem institucional-legal.

A socialização é um conceito fundante das categorias chaves da teoria sociológica, portanto, é pertinente analisar o que Maria Stela Grossi Porto chama de *socialização primária*, ou seja, o início do processo do contato da criança como o mundo.

“O conceito de socialização parece supor, pelo menos em tese, processos sociais relativamente homogêneos nos quais a maioria dos indivíduos partilha (ou partilhava) conteúdos e valores básicos de uma consciência coletiva comum. (...). Nessas [sociedades contemporâneas], diferenças originadas em processos diferenciados do desenvolvimento histórico evidenciam a presença de múltiplas possibilidades de estruturação das relações sociais. ” (PORTO, 2010, p. 24)

Além do conceito de socialização, para o entendimento da análise de Porto (2010) é importante a compreensão do conceito de *sociabilidade* que está presente por todo o texto e é uma categoria fundamental para o debate. Segundo Simmel (2006), primeiramente, a sociabilidade se difere quanto conteúdo e forma, sendo intrínseca ao ser humano tendo como consequência a socialização, característica fundamental para formação social. Os conteúdos da vida social ganham forma a partir da interação de um ser com o outro. Sendo então, a sociabilidade uma “forma lúdica de sociação” (SIMMEL, 2006, p.65).

A leitura sociológica traz a ideia da sociabilidade, mas novas sociabilidades, no plural, são registradas. Essa inexistência de uma representação unificada do social é uma ideia de

Durkheim⁵ trazida pela socióloga para falar na pluralidade de processos de socialização que são produzidos através formas distintas de sociabilidade e que atingem de maneiras diversas as camadas e grupos sociais. Já com relação a Weber (1991: 3), Porto cita que:

“(…) é social o agir humano “que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso. ” (PORTO, 2010, p.28)

É necessária a reflexão profunda sobre o objeto de análise para que não caiamos no pecado do reducionismo ou aceitação da violência como fator intrínseco ao ser humano – nesse caso, levando a naturalização de algo socialmente histórico; ou, de outra perspectiva, pensar a violência como atributo das relações sociais, caindo no risco de homogeneizar realidades que são distintas.

“Pensando na já referida relação objeto/objetivo seria viável admitir-se, pelo menos como uma hipótese operacional, que se pode falar de violência sempre que a alteridade for desconsiderada, ‘esquecida’, ‘desconhecida’, ‘negada’. Em outras palavras, sempre que o outro for desconsiderado como sujeito, e em função disso, tratado como objeto, inviabilizado, em última instancia a interação social, seja ela de natureza consensual ou conflituosa. ” (PORTO, 2010, p.35).

Sob a perspectiva de gênero, a violência que atinge a mulher é multifacetada, isso quer dizer que vai além das expressões da violência doméstica e sexual, porque também parte do Estado quando os direitos da mulher são violados nas esferas públicas. Essa violência estatal se faz presente ao permitir que questões morais e religiosas interfiram nos direitos das mulheres, como por exemplo a proibição do aborto ou a violência obstétrica.

A violência do Estado em relação aos indivíduos tem como um dos instrumentos de repressão a polícia que, por sua vez, mata filhos, pais e companheiros de mulheres que, na maioria das vezes, já se encontram em situação de vulnerabilidade social e, se já não estavam diretamente ligadas ao tráfico de drogas, passam a estar na medida em que aceitam pequenos ‘trabalhos’ ilegais em prol de sua subsistência.

⁵ O primeiro teórico a falar em representações sociais como “representação coletiva” foi Émile Durkheim, designando a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Segundo este autor, o pensamento individual seria um fenômeno puramente psíquico, mas que não se reduziria à atividade cerebral, e o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais. ” (MOSCOVICI, 1978)

CAPÍTULO 2: PATRIARCADO E GÊNERO: RELEXÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

O segundo capítulo seguinte entra na discussão sobre gênero e violência de gênero abordando também a categoria de patriarcado e seus desdobramentos na dinâmica social da mulher.

“Na literatura feminista internacional, a discussão sobre o patriarcado tem indicado a existência desse fenômeno quando existe uma ausência de regulação da esfera privada em situações onde há um notável desequilíbrio de poder dentro dessa instância. “ (AGUIAR, 2000, p.305)

Essa argumentação é essencial para a compreensão da complexidade de processos envolvidos nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres na rede do tráfico de drogas, de modo que a partir dela seja possível assimilar de que maneira a violência de gênero e o desenvolvimento da autonomia feminina se conectam ao longo da história social brasileira incidindo diretamente sobre o crescimento do número de mulheres inseridas na rede do tráfico de drogas.

2.1 Construção e Desconstrução do Gênero

Para compreender de maneira clara a importância de estudar Gênero é importante dizer que o estigma da mulher começa pelo fato dela ser mulher. Como “consequência” de ser mulher lhes é implicada a responsabilidade de ser boa esposa e mãe, preocupada com a família e com a casa, sem esquecer do papel de servir ao marido e ser responsável pela boa educação dos filhos, sobretudo as filhas, bem como ser resignada, frágil e sentimental. Isso significa que qualquer transgressão desse modelo de comportamento é vista com reprovação e resistência, principalmente aos olhos daqueles que apoiam esse sistema patriarcal, e machista, que impera na nossa sociedade, geralmente disfarçado de “moral” catequizadora a respeito do comportamento da mulher. Esse sistema foi criado por homens e para homens de modo que as particularidades relacionadas a gênero são quase que completamente ignoradas.

Ao falar do conceito de gênero é imprescindível falar de Simone de Beauvoir. É ela quem fundamenta a discussão sobre o comportamento imposto essencialmente para a mulher

ao dizer que “*não se nasce mulher, torna-se mulher.* ” (1949). Ao escrever *O Segundo Sexo*, (originalmente de 1949), Beauvoir questiona a construção em cima do conceito de ‘homem’ e de ‘mulher’ e de como isso afeta principalmente aquelas que são tidas mulheres. Ser do sexo feminino não basta para ser mulher e Simone questiona se ser mulher se trata apenas de “possuir um útero”. Simone vai além e dentro dessa categorização imposta discute essa diferenciação e de como aspectos socioculturais historicamente construíram e determinaram o ‘gênero’ e determinaram o comportamento de meninas e meninos, desde a infância.

“Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (BEAUVOIR, 1967, p.21)

A liberdade de gênero proposta por Simone é colocada como circunstancial, na qual as escolhas que partem do indivíduo é que determinarão o que ele é ou deixa de ser,

A discussão de gênero, contudo, vai além de do ‘homem’ e da ‘mulher’. O recorte de raça/etnia e classe são imprescindíveis para fomentar essa discussão por serem categorias fundantes. Assim como dito, apenas o órgão sexual existente em cada corpo é insuficiente para determinar o ‘eu’. A realidade à qual cada um de nós está inserido é determinante nas nossas escolhas, e mais que isso, é determinante na forma de opressão exercida, de maneira particular sobre a mulher. Se uma mulher, só pelo fato de ‘ser mulher’, é oprimida em detrimento de uma sociedade machista, uma mulher negra e pobre se encontra em um nível ainda mais profundo de opressão.

Discutir gênero também é falar de relação de poder. Costa (2008) fala dessa relação desigual entre homem e mulher, na qual a mulher tem o papel da submissão.

“(…) esta subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de gênero. Sabemos que a sociedade, através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação.” (COSTA, 2008, p 3).

O Patriarcado é uma categoria fundamental a ser entendida para que a análise sobre as dinâmicas de inserção das mulheres na rede do tráfico de drogas não se torne determinista,

segundo os moldes machistas perpetuados pela sociedade patriarcal. Ele se encontra na base dos problemas enfrentados, sobretudo, pela mulher e se divide em subcategorias, tais como dominação e poder, também essenciais para compreender que a inserção feminina no tráfico de drogas pode ser uma consequência da violência de gênero, mas não anula o processo de autonomização da mulher.

”Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril). ”
(COSTA, 2008, p. 4)

O domínio patriarcal se materializa de inúmeras formas e não necessariamente se faz presente exclusivamente em casos de violência física e/ou doméstica, mas sim no cotidiano, nos detalhes das relações. A dominação masculina sobre as mulheres está presente nas relações trabalhistas, nas leis, na sexualidade feminina, sobretudo, em suas escolhas. Saffioti (2001) também dialoga sobre a violência de gênero e fala sobre essa dominação que determina condutas, e vai além ao afirmar que ela se expressa não apenas sobre a mulher, mas também sobre crianças e adolescentes de ambos os sexos, e mais, ela pode ocorrer inclusive sobre outro homem, inclusive expressa por uma mulher. Isso mostra o quanto cíclico pode ser o exercício da função patriarcal (SAFFIOTI, 2001).

Ao falar em patriarcado, contudo, é importante se ater a problemática relacionada inicialmente à utilização do termo. Lia Machado (2000) traz essa discussão ao falar sobre o confronto entre a perspectiva das ‘relações de gênero’ e o ‘patriarcado contemporâneo’, que por sua vez não se tratam de termos opostos, mas que podem possuir sentidos distintos levando em consideração a conotação política indissociável.

“O termo “patriarcado” remete em geral a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina. O termo “gênero” remete a uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres. Remete à ideia de que as relações sócio-simbólicas são construídas e transformáveis. ”. (MACHADO, 2000, p.3)

O conceito de patriarcado, atualmente, gera o debate acerca do seu caráter totalizador, entretanto é equivocado falar em uma abolição desse termo, visto que suas expressões são

visíveis na contemporaneidade. O seu reflexo arcaico está presente na dominação exercida por homens sobre toda a sociedade e isso atinge de maneira substancial as mulheres.

“(…) chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” (WEBER apud MACHADO, 2000, p.3)

O questionamento sobre essa expressão se dá pelo fato de ‘resumir’ uma condição que vai muito além de dominação de um pelo outro. Dentro de todo esse ciclo que leva à violência de gênero estão presentes outros conceitos essenciais para a compreensão da dominação. Weber, segundo Machado (2000), conclui que este conceito é a-histórico porque pode ser utilizado em qualquer contexto histórico no qual esse faça presente esse tipo de situação, e mais, determina essa condição de divisão sexual como ‘normal’ ao falar sobre a autoridade familiar e doméstica que funda o patriarcado, e nesse ponto que a crítica é essencial, pelo fato de que essa ideia da ‘normalidade’ da divisão reforça e, portanto, acaba por legitimar essa subjugação.

“Importa constatar que gênero não se confunde com sexo biológico e seu uso não assimila as explicações desse matiz para justificar a condição feminina, normalmente designada como originária da “natureza dos sexos.” (...) O gênero é uma categoria que se refere também a questões sobre identidade e a subjetividade formada pelos padrões sociais e que se propõe a examinar a oposição binária.” (CORTINA, 2015, p. 765)

Isso significa que qualquer transgressão desse modelo de comportamento, como o tráfico de drogas ilícitas, é vista com reprovação e resistência, principalmente aos olhos daqueles que apoiam esse sistema patriarcal e machista, que impera na nossa sociedade, geralmente disfarçado por uma “moral” catequizadora a respeito do comportamento da mulher. Esse sistema foi criado por homens e para homens de modo as particularidades de gênero são levadas em consideração apenas quando convém.

A partir da compreensão dessas categorias foi possível analisar de forma mais profunda as dinâmicas de inserção das mulheres na rede do tráfico de drogas que serão abordadas no capítulo seguinte. Conceber o patriarcado como raiz dos problemas relacionados à violência de gênero não significa reduzi-los à ideia de vitimização da mulher, pelo contrário, o intuito é perceber que, apesar das possíveis vulnerabilidades sociais, a autonomia também faz parte do processo de resistência e luta das mulheres e desconsiderá-la é uma forma de

reforçar os ideais machistas que reduzem o gênero feminino a um agrupamento de pessoas menos capazes de lutarem por si mesmas. Assim como é necessária a desconstrução da violência de gênero, é necessária a compreensão de que lutar pelos direitos das mulheres não significa minimiza-las a seres dependentes e trata-las como crianças ausentes de autonomia.

CAPÍTULO 3 – AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA REDE DO TRÁFICO DE DROGAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

De acordo com o objetivo dessa pesquisa bibliográfica a questão levantada leva à uma reflexão sobre as dinâmicas que levam as mulheres a se inserirem na dinâmica do tráfico de drogas. Após o levantamento bibliográfico feito na base de levantamento Scielo, foram selecionados 527 artigos. Desse total, após leitura diversas leituras e processos de análise, 18 foram definitivamente selecionados para compor essa análise (tabela 2), a décima nona bibliografia é a tese de doutorado de Ludmila Gaudad, chamado “Mulas, Olheiras, Chefas & outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília – DF e na Cidade do México”, 2015, selecionado especialmente fora desse critério por se tratar de uma pesquisa extremamente profunda e recente, produzida na Universidade de Brasília – DF.

Tabela 2. Artigos selecionados para análise bibliográfica

| ARTIGOS | ANO | REVISTAS/PERIÓDICOS |
|--|------|---|
| CARVALHO, Márcia Lazaro de et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. | 2006 | Revista Ciência & Saúde Coletiva |
| GUEDES, Marcela Ataíde. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. | 2006 | Revista Psicologia: Ciência e Profissão |
| CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. "Meninas": vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social. | 2008 | Fractal: Revista de Psicologia |
| COSTA, Liana Fortunato; LEGNANI, Viviane Neves; ZUIM, Cristiane Barbosa Di Bernardo. A menina que se constituiu no contexto do tráfico: o estudo psicossocial forense e o resgate da função paterna | 2009 | Fractal: Revista de Psicologia |
| BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. | 2009 | Revista Ciência & Saúde Coletiva |
| SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. | 2009 | Revista Psicologia Em Estudo |
| BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. | 2009 | Revista Ciência & Saúde Coletiva |

| | | |
|---|------|--|
| OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira de. Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. | 2009 | Revista Brasileira de Linguística Aplicada |
| CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. | 2010 | Cadernos CEDES |
| NICOLAU, Ana Izabel Oliveira et al. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias | 2012 | Revista Acta Paulista |
| MARANGONI, Sônia Regina; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. | 2013 | Revista Texto & Contexto |
| FERREIRA, Valquíria Pereira et al. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. | 2014 | Revista Ciência & Saúde Coletiva |
| ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. | 2015 | Revista Interface |
| VARGAS, Divane de et al. O primeiro contato com as drogas: análise do prontuário de mulheres atendidas em um serviço especializado. | 2015 | Revista Saúde em Debate |
| CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. | 2016 | Revista Estudos Feministas |
| BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. | 2016 | Revista da Escola de Enfermagem da USP |
| RODRIGUES, Andreia Silva et al. Cuidado a mulheres envolvidas com drogas: representações sociais de enfermeiras. | 2017 | Revista Brasileira de Enfermagem |
| CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. | 2017 | Revista Estudos Feministas |

Há diferentes pontos de vistas e abordagens nos artigos analisados, bem como focos. A Enfermagem, a Psicologia, a Saúde Coletiva e o Serviço Social foram áreas predominantes dos estudos, sendo as áreas de enfermagem e medicina as mais focadas na saúde física da mulher, tendo pesquisado sobre dependências químicas e doenças sexualmente transmissíveis; a psicologia trouxe a perspectiva da saúde mental e dos fatores psicológicos associados à realidade das mulheres; e o serviço social no questionamento sobre a vulnerabilidade social e as construções de gênero.

A análise dos artigos mostrou que paralelas às violências de gênero existem outras motivações dentro da atual realidade social feminina tornando extremamente superficial a ideia de que a motivação principal dessas mulheres seria a participação anterior de outros familiares ou companheiros (as).

Como categorias analíticas constatou-se que, além da criminalidade feminina, o protagonismo e a vitimização são eixos fundamentais na discussão sobre as dinâmicas de inserção e permanência das mulheres na rede do tráfico de drogas. Na análise feita essas duas categorias se apresentam de diversas formas, levando em consideração o ponto de vista de cada autora. Essas categorias por vezes surgiram de formas antagônicas; o protagonismo em detrimento da vulnerabilidade, ainda que tenha sido constatado que a autonomia – que se expressa nesse protagonismo – mesmo sendo, por diversas vezes, desconsiderada, tem papel fundamental no direcionamento e nas escolhas femininas.

3.1 Violência e Hierarquia de Gênero: construção de identidade e papéis desempenhados no tráfico de drogas

Há uma ampla reflexão sobre as influências que levam as mulheres a se inserirem na dinâmica do tráfico de drogas. Inicialmente a pressuposição em relação às relações de gênero induziam esse questionamento para um viés de exclusiva vitimização dessas mulheres frente a essa realidade.

A hierarquia de gênero, como face da violência de gênero, tem inúmeras representações dentro das relações sociais, e no contexto do tráfico de drogas essas categorias são igualmente claras, principalmente levando em consideração a maximização das questões sociais presentes nesses contextos, como a pobreza, desumanização, bem como as relações de poder. A inserção das mulheres nessas dinâmicas é marcada não apenas por um contato próximo, mas também pela atuação direta e crescente das mesmas.

O ideário de mulher dentro da nossa realidade social é construído a partir da diferença entre parâmetros nos quais o homem serve como base padrão (Oliveira, 2009) e nosso comportamento é fruto da tentativa de naturalização desse padrão. Esse processo de diferenciação binária também tem desencadeado cada vez mais processos paralelos de “igualização”. A percepção de que as mulheres têm avançado cada vez mais nos espaços, principalmente nos de trabalho, é um exemplo dessa luta por igualdade que é, no entanto, impulsionada pela mudança gradual na lógica das estruturas familiares nas quais as mulheres tem assumido cada vez mais a postura de chefia. Erika Oliveira (2009) fala sobre a construção

da identidade da mulher ser baseada na identidade do homem através de um processo sócio-histórico e cultural:

“[...] os termos que formam esses dualismos recebem, na verdade, pesos desiguais, estando estreitamente vinculados a relações de poder, pois é por meio desses dualismos que as mulheres são construídas como “outras”, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são”. (OLIVEIRA, 2009, p. 397)

Marcela Guedes (2006), Mariana Barcinski (2007 e 2009), Kátia Souza (2009), Erika Oliveira (2009), Elizangela Cunha (2010), Ludmila Gaudad (2015) e Carvalho e Mayorga (2017) falam sobre esse imaginário social construído que reflete a ideia de fraqueza fisiológica da mulher, associando-as a comportamentos desviantes e inferiores, fazendo com que seus crimes sejam essencialmente cometidos em escala privada, já que o espaço público lhe é negado, ou seja, é atribuída a emoção como principal fator causador dos crimes cometidos. Quando se fala em tráfico de drogas a subalternidade atribuída aos cargos ocupados por mulheres vem como uma extensão das relações afetivas às quais estavam inseridas elas, onde são consideradas não confiáveis e capazes de traição, a não ser que provem que são dignas de confiança para os homens aos quais serve ou sejam lésbicas, pelo fato de se “aproximarem” de um comportamento masculinizado (GUEDES, 2009, p. 560).

Essa inserção feminina crescente no tráfico de drogas é um reflexo das mudanças das dinâmicas sociais da sociedade moderna capitalista e industrial que vem recrutando cada vez mais mulheres para o mercado de trabalho. Essa realidade traz à tona o antagonismo presente na vida das mulheres: ao mesmo tempo em que essa nova configuração amplia a escolaridade e participação feminina no meio social, ela também expõe o aumento da responsabilização da mulher para com a família e por seu próprio sucesso pessoal e profissional (CUNHA, 2010).

“A mudança nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres observa-se tanto pela necessidade de mão de obra feminina e barata ao mercado, quanto pelo agravamento das condições materiais impostas pelo sistema capitalista às famílias, que, para sobreviverem, tem se reestruturado e lançado maior número de membros no mercado de trabalho, inclusive mulheres.” (CUNHA, 2010, p. 161)

A atuação dessas mulheres se dá de diversas formas e em diferentes níveis, podendo ser por meio da submissão imposta pela realidade vivenciada ou pode ser através da autonomia de escolha que, embora não seja a maioria dos casos, evidencia a existência de

uma pluralidade de papéis ocupados dentro da hierarquia do tráfico de drogas ilícitas (GAUDAD, 2015, p.95). Sobre isso a construção de papéis e de identidades sociais a partir do gênero Oliveira (2009) fala:

“Ao considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebe-se que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas e repetidas. Tais características são, na verdade, construídas [...].” (OLIVEIRA, 2009, p. 298)

Sobres as funções desempenhadas dentro do tráfico de drogas Mariana Barcinski (2009) menciona brevemente e Ludmila Gaudad (2015) traz uma lista de ocupações inseridas na hierarquia do tráfico nas quais as mulheres têm atuado em número crescente, em diferentes níveis, sendo elas: plantadora, pisadera, mula, aviãozinho, vapor, olheira, cozinheira, gerente, dona da boca, chefe, soldada e armeira. A atuação das mulheres nessas ocupações está completamente inserida na dinâmica da hierarquia de gênero, na qual os cargos mais altos dificilmente são ocupados por mulheres e quando isso acontece a violência usada pelas mesmas se dá em níveis muito mais altos, visto que é necessário que imponham sua força e poder de maneira que sobreponham a força e o poder “naturalmente masculinos”.

O cargo de “mula” é um dos mais ocupados pelas mulheres devido à ideia de insignificância de quem ocupa essa tarefa.

“Já o transporte de pequenas quantidades e distâncias, como de um ponto de venda a outro, ou de fora para dentro da penitenciária, no geral é considerada uma das funções mais baixas da hierarquia do tráfico.” (GAUDAD, 2015, p. 99)

A mula tem a tarefa de transportar a droga, sendo uma atividade de alto nível de risco, por estar exposta e portando drogas e dinheiro. A ideia de ingenuidade feminina é crucial para entender o motivo de mulheres atuarem tanto como mulas, ao contrário de homens. É por causa disso que muitas são presas com quantidades reduzidas de drogas, entregues à polícia pela própria rede de tráfico, como mecanismo para fazer com que quantidades maiores passem sem que sejam percebidas. Outro motivo é a suspeição, ou a ausência dela, no caso das mulheres:

“Justamente por este contexto, atualmente, em sua maioria são as mulheres quem geralmente ocupam este posto [mula] dentro das redes de tráfico. Além disto, as

organizações precisam encontrar pessoas não suspeitas para realizar o transporte das drogas e são as mulheres, sob o ponto de vista destas organizações, as pessoas que menos criam suspeição. ” (GAUDAD, 2015, p. 100)

O vapor é igualmente um cargo bem baixo dentro da hierarquia. O desempenho realizado é de pequeno tráfico, ou seja, o varejo. Quem desempenha essa função está subordinada à pessoa superior no lugar, contudo, mesmo estando bem longe do topo da estrutura essa função dispõe de certa autonomia, porque o vapor não necessariamente precisa estar ligado à boca de fumo, visto que depois que compra a droga pode realizar as vendas da maneira que quiser. Esta função que pode render bastante dinheiro, de acordo com a autonomia de cada uma (GAUDAD, 2015, p.103).

A função de olheira desempenhada pela mulher, muitas vezes, se dá em contexto familiar, ela é muito importante, porque pode impedir que o flagrante ocorra.

“Há pessoas olheiras de grandes bocas de fumo, que muitas vezes estão armadas, objetivando retardar a entrada da polícia e das/os inimigas/os no local vigiado. Neste caso, geralmente são olheiros. Assim, na maior parte dos casos onde as mulheres são olheiras, elas o são por laços familiares. ” (GAUDAD, 2015, p. 104)

A cozinheira é responsável por fazer as misturas necessárias para que se chegue ao produto final. É um cargo estável, diferente dos outros citados, porque sua execução não se dá na rua, geralmente desempenhado nos locais das próprias plantações. Cargos superiores possuem relativa dependência em relação a esse, visto que não é qualquer pessoa que possui o conhecimento ou habilidade necessária, sendo assim o cargo de cozinheira goza de relativa segurança (GAUDAD, 2015, p. 106). Sobre a reflexão do papel doméstico da mulher paralela a essa função, Gaudad analisa:

(...) as mulheres o ocupam pela associação que é feita entre o tipo de tarefa necessária para sua realização e o trabalho doméstico (...). Pode haver momentos em que as mulheres se beneficiem de sua condição de gênero para ocuparem melhores postos no tráfico de drogas, como no caso das cozinheiras. No entanto, os papéis sociais de gênero não deixam de ser acionados nestes momentos, pois reificam que as mulheres são boas em realizar determinados tipos de tarefas, como se fosse uma característica intrínseca e, por isto, homogênea a todas as mulheres. ” (GAUDAD, 2015, p. 107)

Os cargos mais altos de gerente, dono e chefe da boca são os cargos mais altos na hierarquia do tráfico de drogas e são comumente ocupados por homens, embora haja relatos de mulheres que ocupam esses cargos.

“Apesar de haver estudos que demonstram o crescimento do número de mulheres nas altas esferas do tráfico de drogas (GÓMEZ, 2012), encontrar uma mulher chefe não é comum. Há mais evidências históricas de que elas estariam mais presentes no México do que no Brasil (...).” (GAUDAD, 2015, p. 111).

A realidade vivenciada no tráfico de drogas traz à tona a vulnerabilidade feminina reproduzida nos âmbitos sociais, mas também evidencia as alternativas que essas mulheres encontram como enfrentamento das representações de gênero previamente impostas. Essas fissuras, como menciona Gaudad (2015), permitem que elas exerçam formas de poder, saindo um pouco da ideia de que as mulheres só emergem na situação de conflito com a lei por causa da submissão tipicamente feminina.

3.2 Criminalidade Feminina

Dados sobre a criminalidade feminina são mencionados na maioria dos artigos e só apontam para uma direção: o número é crescente e tem subido de maneira rápida, contudo, metade dos artigos analisados mencionam diretamente o conceito. A primeira percepção é relacionada à falta de visibilidade que a criminalidade feminina possui. O artigo de Guedes, 2006, é o mais antigo dentre todos os analisados e menciona a falta de dados objetivos devido ao fato de ser “pouco relevante”, principalmente para a mídia, que acaba por reforçar os interesses da classe dominante.

Mariana Barcinski, (2007 e 2009), Souza (2009), NICOLAU et al (2011), Cortina (2016), Carvalho e Mayorga (2017) também falam sobre a pouca importância dada à temática da criminalidade feminina pelo fato de, historicamente, o comportamento criminal e agressivo ser associado ao homem. Barcinski (2009) diz que

“A ausência de pesquisas sobre mulheres criminosas, ambas na literatura nacional e internacional, é usualmente explicada pela baixa taxa de crimes femininos e pela percepção de que os crimes em que mulheres estão envolvidas são de menor gravidade.” (BARCINSKI, 2009, p.1844)

A autora também aponta para o número crescente da participação das mulheres na rede do tráfico, assim como mostram os dados numéricos acima apresentados, contrariando a lógica patriarcal dos papéis de gênero, e traz uma reflexão sobre as causalidades da criminalidade feminina:

“Uma vez que a violência e a agressão não fazem parte da “natureza feminina”, mulheres que se engajam em crimes são consideradas “loucas” e necessitando de intervenção legal e psicológica. Definir a mulher transgressora como louca ou vítima de violência enfatiza a irracionalidade e a falta de protagonismo feminina.” (BARCINSKI, 2007, p. 578)

Além das diferenças, a autora reflete sobre a existência de diferenças entre a criminalidade feminina e a masculina, e afirma que esse caminho analítico de compreensão das diferenças é o processo para que as questões de gênero sejam melhor compreendidas. Segundo sua crítica, muitos autores ao teorizarem sobre crimes femininos indicam questões afetivas e familiares como cerne dessas ações criminosas, pelo fato de as mulheres estarem sempre reforçando seus papéis de cuidadoras, dessa forma Barcinski se propõe a problematizar a tradicional vitimização de mulheres envolvidas em atividades criminais (2007, p.578). Segundo Barcinski (2009, p. 1844), as autoras Chesney-Lind e Rodriguez argumentam que o processo de criminalização da mulher é resultado, também, do processo de vitimização que se dá em diferentes níveis, desde o abuso à extrema pobreza, sendo necessária uma ampla análise com o intuito de deixar de reconhecer as mulheres exclusivamente como vítimas, para compreendê-las também como possíveis perpetradoras de violência.

“Como a violência e a agressividade não fazem parte do repertório discursivo utilizado para descrever comportamentos femininos, é de se esperar que os discursos hegemônicos sejam transformados na tentativa das entrevistadas de conciliar o possível dilema de terem sido, ao mesmo tempo, mulheres e criminosas” (BARCINSKI, 2009, p.1846)

Na pesquisa de Oliveira (2009) a percepção das mulheres entrevistadas sobre suas próprias realidades mostra que “a atividade de traficar é diferente da atividade de uma ladra” (OLIVEIRA, 2009, p.405). O tráfico de drogas atingiu um patamar sólido no contexto das vulnerabilidades sociais por ser uma fonte de renda como outro emprego qualquer que exige tempo e trabalho, mas com um retorno financeiro quase sempre mais rápido ou imediato,

sendo uma opção “melhor” face a outras opções menos rentáveis e mais degradantes, fazendo com que seu valor moral adquira um caráter mais maleável, por ser altamente justificável.

A criminalidade feminina, no entanto, não está ligada exclusivamente à condição de vulnerabilidade social, inclusive essa ideia se opõe à ideia de autonomia feminina; ambos os conceitos serão analisados mais à frente. Entre uma ponta e outra está o comportamento desviante historicamente atribuído a mulheres que seriam “criminosas natas” (Carvalho e Mayorga, 2017).

“[...] sobre as mulheres que ousam cometer práticas tipificadas como criminosas, recai uma dupla punição: as sanções penais previstas nas leis e nos códigos, mas também, os imperativos das normativas de gênero, [...] muitas mulheres foram julgadas pelos seus atos, mas condenadas por suas paixões, por seus instintos, anomalias, enfermidades, inaptações ou, até mesmo, pela hereditariedade” (Carvalho e Mayorga, 2017, p.102).

Esse pensamento foi difundido e reforçado por estudiosos como Lombroso e Freud, nos séculos XIX e XX, mas é um reflexo do período de “caça às bruxas” durante a Inquisição, já no século XII, onde mulheres com qualquer tipo de comportamento feminino que desviasse do ideal seria tipo como inversão de valores e periculosidade feminina. A violência expressada pela mulher faz parte desse ciclo de transgressão da moralidade e reflete a inversão da lógica de cuidado para com a mesma: ao mesmo tempo em que a mulher como ‘autora de atos criminais’ é alvo de baixo interesse em termos de pesquisas acadêmicas, ela tem alto grau de exposição no meio midiático quando participante de um ato criminal, meio esse que dá mais visibilidade para casos ditos “passionais” sendo que, é de se saber – a participação feminina no crime se dá em diversas esferas. A pesquisa de Ludmila Gaudad (2015) traz esse panorama da diversidade dos processos de entrada e permanência das mulheres no tráfico de drogas onde a vulnerabilidade social e a autonomia podem estar atreladas dentro de uma infinidade de razões que motivam cada mulher.

3.3 Vitimização e Vulnerabilidade Social

Atualmente as dinâmicas dos relacionamentos vêm se alterando, a exemplo disso temos a questão da paternidade. Hoje a mulher tem sido cada vez mais referenciada como chefe do lar, em contraposição à ideia de *pátrio poder*, na qual o conceito de estrutura familiar se baseava no homem como chefe da casa, com a alteração dessa dinâmica a responsabilidade

pelo sustento da família passa a ser também da mulher. Essa alteração na realidade, no entanto, não é constatada nas atribuições anteriores ligadas a esse grupo social. Além do cuidado com a casa e com os filhos, a carga econômica se tornou mais um peso nas já duplas e triplas jornadas de trabalho

A vulnerabilidade social presente na realidade da maioria dessas mulheres faz com que o mercado de drogas ilícitas seja naturalizado em suas rotinas surgindo como uma alternativa ao desemprego, contudo a noção de poder e status como justificativa se faz presente na fala de muitas mulheres que foram entrevistadas em alguns dos artigos analisados.

Sobre Feminização da pobreza, Monica Cortina (2015) fala sobre um novo recorte nessa realidade: gênero. A pobreza tem incidido de forma direta na vida das mulheres a ponto de orientar suas escolhas na vida. O tráfico, além de uma alternativa emergencial de dinheiro, também segue uma lógica na qual a ‘comerciante’ tem mais autonomia sobre seus horários. Esse fato é importante, porque estamos falando de pessoas que são mulheres e mães, como foi constatado através da pesquisa feita por Cortina (p.768);

Em relação à feminização da pobreza é importante se ater a outro ponto de vista colocado pela própria autora: não necessariamente uma família monoparental chefiada por uma mulher está ligada à pobreza. Essa ideia torna reducionista a tese por deixar de fora outras variáveis a serem consideradas, como o recorte de etnia, mas ainda assim esse conceito é importante para refletir a dinâmica de inserção dessas mulheres no tráfico de drogas ilícitas.

3.4 Protagonismo, poder e status

Gaudad (2015), como mencionada anteriormente, dentro de sua extensa análise sobre as dinâmicas de inserção das mulheres no tráfico de drogas alcança uma diversidade significativa de realidades que levam as mulheres a estarem ligadas de alguma forma a essa dinâmica. Dentro de tantas causas, a busca pela autonomia é eminente e reforçada em várias falas de mulheres distintas, em contraposição ao argumento que a vulnerabilidade é o fator determinante para a entrada das mulheres no tráfico de drogas.

A perspectiva de *protagonismo* tem sido cada vez mais reforçada nas teorias sobre criminalidade feminina em oposição à ideia de que a mulher é exclusivamente uma vítima incapaz de refletir e ter autonomia sobre suas decisões. Guedes (2006), Barcinski (2007 e 2009), Souza (2009), Ferreira et al (2014) e Rodrigues et al (2017), além de Gaudad (2015), trazem a discussão sobre a alteração nas dinâmicas sociais refletir o fato de que as teorias

baseadas exclusivamente no imaginário de vulnerabilização vem sendo superadas por não abarcarem mais o desenvolvimento de novas formas de protagonismo da mulher. É importante salientar, no entanto, que não se trata de ignorar a realidade socioeconômica, e sim do oposto, ou seja, compreender como as especificidades da vida de cada mulher são responsáveis pela inserção na rede do tráfico de drogas.

“Uma das possibilidades não androcêntricas de leitura deste fenômeno social é averiguar em que medida mudanças nas sociabilidades femininas lhe traz autonomia, de alguma maneira, o suficiente para assumirem posições que antes não lhes eram possíveis, mesmo sendo estas consideradas próprias do universo masculino, portanto desviantes.” (GAUDAD, 2015, p. 272)

A questão do protagonismo também está atrelada à ideia de poder e status. A sensação de poder proporcionada por determinadas posições hierárquicas também é um fator que pode fazer uma grande diferença na reflexão feita pelas mulheres que decidem ingressar na rede do tráfico de alguma maneira. Esse processo de tomada de decisão e ingresso da dinâmica do tráfico de drogas não é algo imediato, mesmo que falar sobre autonomia cause essa impressão.

Dentre os artigos analisados, grande parte trouxe reflexões sobre o ponto de vista do protagonismo, embora nem todo tratasse diretamente dessa categoria, mas essa percepção só foi possível pelo crescente interesse em discutir as escolhas e motivações das mulheres partindo da ideia que nós somos capazes de tomar decisões.

A condição social é um fator de grande – ou talvez maior – peso, mas partindo do ponto de que, independente da vulnerabilidade, todas as decisões são tomadas com base na própria realidade.

3.5 Saúde da Mulher

A perspectiva da saúde da mulher inserida na realidade do tráfico de drogas ilícitas é abordada na maioria dos artigos analisados sob diferentes focos, dentre eles a saúde mental, embora seja poucos os que tem como ponto central esse eixo específico. De maneira geral a preocupação com a saúde da mulher é analisada também a partir da dependência química, violência física e, principalmente, maternidade.

“Em relação à saúde da mulher, os estudos, em sua maioria, estiveram voltados para questões reprodutivas, maternas, e a desigualdades entre homens e

mulheres, fatores que exerceram impacto significativo em suas condições de saúde. ”
(BRASIL apud VARGAS et al, 2015, p. 783)

Sobre doenças sexualmente transmissíveis e vícios o contexto prisional e de rua tem maior foco do que mulheres atuantes no tráfico de drogas que estão em liberdade. Os artigos analisados mostram contextos de mulheres com necessidade de abrigo e em privação de liberdade. A preocupação com a maternidade da mulher é um ponto de grande relevância, em contrapartida a saúde sexual da mulher é completamente ignorada, assim como todos os outros fatores ligados a autonomia feminina. Sobre fatores psicológicos, Oliveira (2009) diz:

“Nessa relação conflituosa entre indivíduo e sociedade, o que se reforça é a identidade socialmente construída, o que gera consequências desastrosas para a vida dessas mulheres, como baixa autoestima frustrações, revoltas, sentimento de exclusão, que somados a fatores de ordem econômica, como necessidade financeira e falta de oportunidade no mercado de trabalho, resultam negativamente – reincidência. ”
(OLIVEIRA, 2009, p. 407)

Esse desequilíbrio entre a moralidade feminina que a sociedade impõe e autopercepção dessas mulheres faz com que haja um conflito pessoal e interno sobre o próprio comportamento – no caso, o ato de traficar drogas – e a legitimidade dos motivos das mesmas, fazendo com que essas mulheres, na maioria das vezes, sejam “influenciadas” a reforçar negativamente o próprio rótulo que recebem criando um estigma de criminosas, embora para elas suas condutas sejam justificáveis por saberem que existem delitos muito piores – como roubar e matar.

3.6 Recuperação e Permanência

A ideia de recuperação e permanência no tráfico de drogas é ligada com maior ênfase à ideia de privação de liberdade; esse é o maior parâmetro de análise quando se fala em tráfico de drogas praticado por mulheres, embora a discussão sobre permanecer ou optar por sair da rede seja igualmente essencial para mulheres em liberdade. Como mencionado anteriormente, a permanência pode estar essencialmente ligada ao fato da condição social dessa mulher e a quem depende dela, mas esse debate volta ao ponto da autonomia e da vulnerabilidade.

Se manter na rede do tráfico de drogas não necessariamente pode se tratar de uma opção autônoma, mas não também não está sempre ligada à condição de vulnerabilidade social, visto que a mulher que exerce suas funções na rede também pode estar exercendo a vontade própria de manter seu estilo de vida.

Quando se fala em recuperação a ideia mais forma é a de “reforma” da mulher, na qual funções domésticas e artesanais – tudo ligado à ideia de mulher como esposa, mãe e dona do lar – são aprendidas e reforçadas, seja dentro ou fora de instituições penais.

3.7 Sistema Penal

A invisibilidade dessas mulheres é muito anterior ao cárcere, são invisíveis enquanto mulheres, enquanto mães e esposas, trabalhadoras, enquanto indivíduos de direito. Essa invisibilidade gerada pelo sistema patriarcal traz violação de direitos das mulheres e a dificuldade em garanti-los.

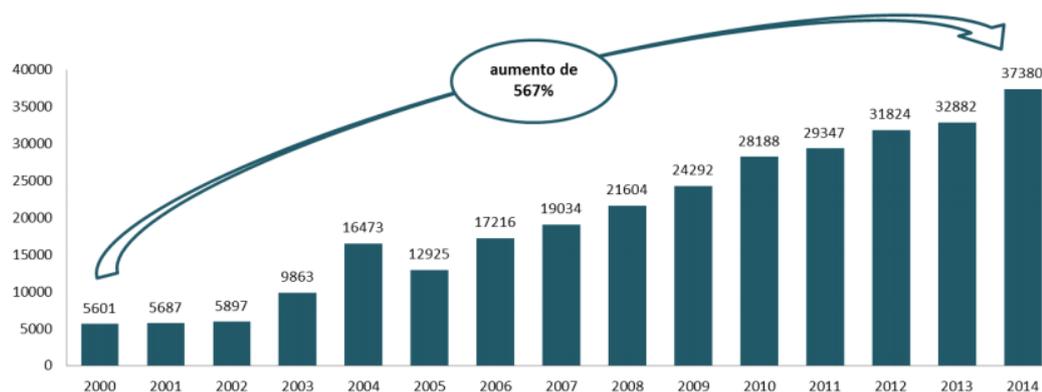
Ao questionar a realidade do encarceramento feminino, é possível perceber que o número de pesquisas sobre esse tema é baixo. Constatar esse fato é suficiente para entender o quão invisível o cárcere pode tornar um indivíduo, de maneira mais específica a mulher, que por sua vez é esquecida pelas pessoas de seu convívio, como o companheiro ou a família, e para além disso, toda uma sociedade envolvida nesse processo de marginalização. A reflexão sobre o cárcere traz à tona a deficiência de políticas públicas voltadas para esse grupo e, mais que isso, evidencia a necessidade e importância de respeitar as particularidades de gênero envolvidas nesse processo de elaboração de políticas públicas.

Todos os artigos apontam tanto para a elevação do número de crimes realizados por mulheres, quanto para o fato de que esse número continua sendo muito inferior aos índices de crimes cometidos por homens. A vulnerabilidade como causa é o fator mais marcante.

Em comum os artigos analisados trazem muitas referências sobre o número de crimes femininos ainda ser inferior ao número de crimes masculinos (gráfico 1); a ideia de superficialidade em relação à vitimização, mas também a ênfase na questão da vulnerabilidade social e da necessidade de sustento como fatores marcantes na decisão dessas mulheres, embora a autonomia de cada uma faça parte desse processo e esteja atrelado de uma maneira tão profunda que ainda causa equívocos na compreensão acadêmica, muitas vezes fazendo com que o ideário machista da incapacidade reflexiva das mulheres, tornando-as sempre uma vítima da sociedade, e não uma agente de sua própria vida.

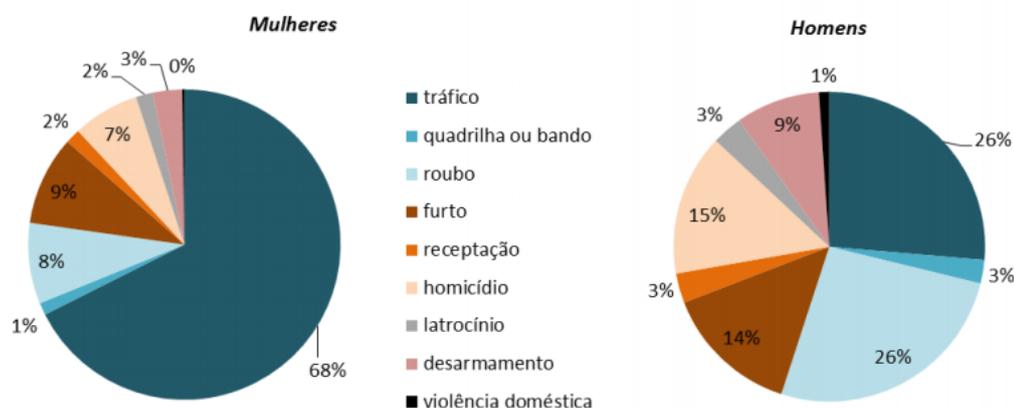
A pesquisa realizada em 2014 pelo INFOPEN (gráfico 2) traz a porcentagem relativa ao envolvimento das mulheres em crimes comparada à porcentagem referente ao gênero masculino.

Gráfico 1. Evolução da população de mulheres no sistema penitenciário. Brasil. 2000 a 2014



Fonte: Ministério da Justiça - a partir de 2005, dados do Infopen/MJ.

Gráfico 2. Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade. Brasil. 2014



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Os dados apresentados, ainda que apresentem uma grande diferença numérica entre homens e mulheres, reflete a elevação exacerbada do número de mulheres inseridas no processo de criminalização feminina, principalmente tendo como causa o tráfico de drogas. As dimensões apresentadas até aqui demonstram que a alteração nas configurações sociais tem consequência direta nas escolhas feitas de forma autônoma pelas mulheres e a penalização das mesmas segue da mesma maneira a lógica patriarcal e machista violadora de

direitos. Em quatorze anos a porcentagem de mulheres presas cresceu mais de 500%, levando à uma problematização intensa sobre como as mulheres são vulneráveis, fazendo escolhas que as colocam em um patamar ainda mais baixo.

O fato do tráfico de drogas ser o crime com maior incidência entre as mulheres é outro ponto sobre o qual a violência de gênero repercute, por se tratar de um trabalho no qual a mulher pode se envolver em de maneira menos arriscada possível. Essa lógica de “cuidado” com a “fragilidade” feminina, ainda que disfarçada de preocupação, acaba por demonstrar a subversão presente nas discussões sobre gênero que, mesmo com o intuito de problematizar a violência presente nas dinâmicas, reforçam os estereótipos envolvidos no processo de moralização da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar artigos que partem de diferentes pontos de vista e áreas de atuação com o intuito de compreender as dinâmicas de inserção das mulheres da rede de tráfico de drogas ilícitas sobre atuações femininas em um contexto essencialmente masculino foi possível constatar que a fragilidade da mulher é o estereótipo marcante e determinante no desempenho das funções dentro da rede de tráfico de drogas. Esse estereótipo é enraizado na nossa sociedade reflete as contradições de pontos de vista dos pesquisadores e pesquisadoras que trazem como problema de pesquisa a certeza da ideia de submissão feminina fruto da lógica exploratória do capital e deixam de lado a perspectiva de autonomia de escolha frente à realidade de cada mulher.

As pesquisas analisadas revelam a diversidade de áreas acadêmicas que se propõem a discutir de alguma maneira o impacto do tráfico de drogas na vida das mulheres que estão ligadas a eles de alguma forma, em contrapartida é possível perceber a ausência de reflexão sobre os contextos geográficos. Embora o recorte geográfico ter sido feito em parte dos artigos, nenhum apresenta qualquer tipo de ponderação sobre o local pesquisado e seu reflexo direto na realidade social local.

A dualidade central das análises permeia entre vitimização e vulnerabilidade, e autonomia e protagonismo. Não é possível excluir qualquer uma dessas categorias, porque são eixos centrais para compreender a contradição vivenciada pelas mulheres. Com o objetivo de compreender essas dinâmicas e de que maneira a violência de gênero reflete diretamente na decisão de cada uma, essa pesquisa trouxe de forma breve, primeiramente, uma análise que parte da contextualização da história das drogas no Brasil e do paradigma proibicionista, seguida da discussão sobre as representações sociais da violência tendo como consequência a criminalização da pobreza e a guerra às drogas, para que, em seguida, fosse possível fazer um paralelo entre a violência urbana de maneira geral e o recorte de violência de gênero.

O segundo capítulo desse trabalho aprofundou a reflexão sobre gênero e patriarcado com o intuito de compreender essas categorias para, posteriormente, entender de que maneira essa problematização é extremamente importante para o entendimento das dinâmicas de inserção e permanência de mulheres na rede do tráfico de drogas, de maneira seja possível apreender de que forma a violência de gênero e a autonomia feminina se conectam e interferem na vida das mulheres.

A análise feita a partir dos artigos analisados permitiu visualizar que a submissão feminina socialmente imposta faz com que essas mulheres sintam a necessidade de impor sua força e poder de maneira ainda mais violenta que os homens, no sentido de que precisam superar a brutalidade e dureza da “natureza masculina” para que ocupem espaços almejados a partir de suas próprias autonomias.

Dentro desse processo de compreensão, a autonomia e o protagonismo são as categorias de maior evidência, mas se ligam a outras de forma direta formando uma grande rede na qual as mulheres estão inseridas, antes de adentrar no tráfico de drogas. A família se trata de eixo que sofre a incidência direta das ações da mulher, ainda que não seja por escolha dela. O recorte de raça/etnia se mostra extremamente defasado nas pesquisas realizadas trazendo como resultado de pesquisa a percepção de que, além da violência de gênero, a questão racial também é negligenciada causando consequências ainda mais drásticas principalmente àquelas mulheres inseridas em contextos de vulnerabilidade social.

Mulheres que chegam a ocupar cargos de chefia são àquelas que, geralmente, precisam desconstruir sua “feminilidade” em detrimento de um comportamento “masculinizado” para que consigam exercer seu poder de maneira concreta. Na rede de tráfico de drogas, assim como em outras esferas da vida da mulher a autonomia feminina de desejar o poder é ignorada, ainda que as situações de ascensão sejam crescentes.

A demora em conceber a possibilidade de as mulheres exercerem sua autonomia demonstra que o problema dessa pesquisa levou à um questionamento mais profundo sobre colocar a ideia de autonomia feminina em um local de esquecimento e até inexistência por meio da concepção de que a mulher é exclusivamente uma vítima, incapaz de exercer sua reflexão e capacidade de escolha a partir de sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Soc. estado. Brasília, v. 15, n. 2, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 5, p. 1843-1853, Dec. 2009 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000500026&lng=en&nrm=iso

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, p. 577-586, Apr. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200026&lng=en&nrm=iso>

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo , v. 50, n. 5, p. 749-755, Oct. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000500749&lng=en&nrm=iso>

BRASIL. DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: 2014

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 25, n. 1, p. 99-116, abr. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100099&lng=pt&nrm=iso>

CARVALHO, Márcia Lazaro de et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 461-471, June 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200023&lng=en&nrm=iso>

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. "Meninas": vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 77-88, 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000100011&lng=en&nrm=iso>

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 23, n. 3, p. 761-778, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300761&lng=en&nrm=iso>.

COSTA, Liana Fortunato; LEGNANI, Viviane Neves; ZUIM, Cristiane Barbosa Di Bernardo. A menina que se constituiu no contexto do tráfico: o estudo psicossocial forense e o resgate da função paterna. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 151-162, Apr. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100012&lng=en&nrm=iso>.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>
Acessado em: 20/06/2016.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, Aug. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200003&lng=en&nrm=iso>.

FERREIRA, Valquíria Pereira et al. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 7, p. 2255-2264, July 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702255&lng=en&nrm=iso>

GAUDAD, Ludmila. **Mulas, Olheiras, Chefas e outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília – DF e na Cidade do México**. Tese de Doutorado em Sociologia, UnB, 2015.

GUEDES, Marcela Ataíde. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 558-569, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400004&lng=en&nrm=iso>

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** Brasília, 2000.

NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

MIOTO, Regina CT; LIMA, Telma CS de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Ver. Katál. Florianópolis, v.10, n. espaço. P. 37-45, 2007

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30

CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000400008&lang=pt>

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. *Revista Outubro*, n. 06, 2002: São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.neip.info/upd_blob/0000/672.pdf>

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. In: Durkheim, vida e obra (Os pensadores). São Paulo, SP: Abril Cultural, 1973, p. 382

FIORI, Maurício. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas**. *Novos estudos - CEBRAP*, n.92, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002>

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes. **Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia**. BIB, Rio de Janeiro, nº 50, 2000.

MARANGONI, Sônia Regina; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 662-670, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000300012&lng=en&nrm=iso>.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Volume 1. 22ª Ed. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2004.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira et al. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 386-392, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000300011&lng=en&nrm=iso>

NONTICURI, Amélia Rodrigues. **As Vivências de Adolescentes e Jovens com o Crack e Suas Relações com as Políticas Sociais Protetoras Neste Contexto**. 2010. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/dissertacao-amelia-rodrigues-nonticuri-pdf-d234872589>>

OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira de. Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 391-414, 2009

PORTO, Maria Stela Grossi. **A violência entre o fenômeno e o conceito: possibilidades e limites de definição.** In: *Sociologia da Violência – do conceito às Representações Sociais*. Editora Francis, Brasília, 2010. (Capítulo 1).

ROCHA, Andréa Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas.** *Serv. Soc.* n 115, jul/set. São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Andreia Silva et al . Cuidado a mulheres envolvidas com drogas: representações sociais de enfermeiras. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 70, n. 1, p. 71-78, fev. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000100071&lng=pt&nrm=iso>

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000200275&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Mariana Glenda e SILVEIRA, Thais Elizabeth Santos. **O Uso Crescente Das Drogas E O Processo De Criminalização Da Pobreza.** Minas Gerais. 2013

SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 14, n. 4, p. 649-657, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400005&lng=en&nrm=iso>

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Editora Zahar, Rio de Janeiro 2006.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **Breve História Da Proibição Das Drogas No Brasil: Uma Revisã.** São Paulo, 2014

VARGAS, Divane de et al. O primeiro contato com as drogas: análise do prontuário de mulheres atendidas em um serviço especializado. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 106, p. 782-791, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000300782&lng=en&nrm=iso>.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Uma História Das Drogas e Do Seu Proibicionismo Transnacional: Relações Brasil-Estados Unidos E Os Organismos Internacionais.** Tese de Doutorado apresentada em Serviço Social, Rio de Janeiro, Janeiro/Outubro, 2009